

de Maurizio Fraboni

O projeto Guaraná (O papel do índio no desenvolvimento da Amazônia).

Na hora em que se pensa no relacionamento entre realidade indígena e desenvolvimento, normalmente a entrada na matéria se faz através de um questionamento mais ou menos como este: o que vai ser do Índio no processo de desenvolvimento da Amazônia?

Uma vez que a questão seja colocada nesses termos, a tentativa de resposta positiva, independentemente da colocação e natureza do sujeito que a formula (institucional, acadêmico, não-governamental etc. etc.) deve conseqüentemente se colocar em algum ponto intermédio entre dois polos, que poderíamos definir como um polo “culturalista” e um polo “social-assistencialista”.

Um ponto intermédio, porque é evidente para quase todo o mundo que, isolando as duas perspectivas na forma extrema delas, chegaríamos necessariamente a dois cenários aberrantes e paradoxais.

De um lado, com efeito, o de pensar só em preservar a cultura autóctone conduziria necessariamente até a imaginar jardins zoológicos humanos forçosamente isolados na floresta primária. O paradoxo nesse caso consiste no feito de que não faria sentido nenhum falar em ‘culturas’ se referindo à sobrevivência artificial (o seja: obtida em violação gritante dos mais elementares direitos humanos) de sistemas de mitos e crenças supostos incapazes de entender e explicar o mundo ‘do terceiro milênio’.

Do outro lado, querer satisfazer em absoluto as ‘necessidades’ da população indígena, determinadas pelo contato com a sociedade envolvente, leva sem mais a uma integração marginal e subalterna: pois as soluções exógenas, falsificando e desmoralizando automaticamente as soluções tradicionais, dessacralizam os fundamentos delas: assim, o Índio que interioriza este caminho acaba entrando na sociedade “branca” sem recursos culturais próprios e com uma identidade negada; o seja, de fato, sem a mínima chance de expressar uma significativa participação social.

Mas, se tudo isso é evidente a quase todos, muito menos evidente parece ser o feito de que não tem nenhuma razão lógica e conseqüente para pensar que exista um ponto intermédio, alguma saída mediana que possa representar algo de diferente do que uma mescla destas duas só aparentemente opostas tragédias.

Uma maneira para expressar o que é o projeto Guaraná, é dizer que com ele os Sateré-Mawé reivindicam o abandono desta interrogação sem saída para substituí-la com outra que, pelo contrário, abre um amplo horizonte à imaginação do futuro. O seja, o seguinte: qual é o papel do Índio no processo de desenvolvimento da Amazônia?

E os Sateré-Mawé têm a resposta deles. Uma resposta que, na estrutura dela, podemos considerar paradigmática – e como tal é considerada, na prática, no âmbito do movimento indígena amazônico, na medida em que ela constitui um ponto de referência forte para os projetos de desenvolvimento que a comissão sobre alternativas econômicas da COIAB vai elaborando e promovendo.

No caso deles, ela está escrita em forma mítica no Porantim - que os Sateré-Mawé frequentemente chamam “a nossa Bíblia”; e está escrita em forma sócio-jurídica no Estatuto do Conselho Geral da Tribo (CGTSM), que, à dois anos, o

tuxaua geral do Andirá, sustentado pelo consentimento geral de todos os tuxauas reunidos em Conselho, definiu: “o nosso Porantim traduzido para os brancos entenderem”.

Podemos sintetizá-la lembrando a conhecida “lenda” do Guaraná, nas palavras que Onhiámuáçabê (no conceito dos brancos a Mãe Terra, o a Santa Maria) dirige a seu filho Moikut morto (o olho do qual renasceu como Guaraná, e o corpo do qual renasceu como antepassado da tribo e primeiro tuxaua), renunciando à vingança contra os irmãos que tinham matado ele (atitude que fundamenta o começo da história da civilização Mawé, da mesma maneira, teologicamente falando, que a atitude da igreja frente ao sacrifício cristão fundamenta a moderna civilização ocidental):

Está bem, meu filho. Foram os teus tios que mandaram a te matar. Eles pensavam que tu ficarias um coitadinho, mas não ficarás! Tu, meu filho, tu serás a maior força da Natureza; tu farás o bem a todos os homens; tu serás grande; tu livrarás os homens de umas moléstias e curarás de outras.

O projeto Guaraná, o “projeto do Futuro” dos Sateré-Mawé, no sentido forte nada mais quer ser do que a realização desta profecia.

Vamos ver então, em termos mais leigos, em que consiste. Em ato e em perspectiva, o projeto pode se resumir em:

1) gerar renda exportando até um teto de 40 toneladas de pó de guaraná nativo, biológico, domesticado, cultivado e beneficiado (pelo que é das primeiras fases) segundo os usos tradicionais, e de denominação de origem controlada.

Este teto (estabelecido na base de uma avaliação de sustentabilidade a todos os níveis -ecológica, cultural, social etc.- do incremento de produção necessário e na base de uma avaliação de mercado que considera principalmente o alvo constituído pela rede internacional de importadores vinculados a deontologias de comércio ético) é realisticamente alcançável em menos de 10 anos (a exportação prevista pela próxima colheita – que vai interessar como mínimo Itália, França, Alemanha, Áustria e Espanha – é de 5 t.; a tendência dos primeiros três anos do projeto foi de alcançar mais do que o dobro cada ano). A um preço igual para todos, fixado pelo Conselho Tribal (CGTSM) em 41,4 dólares americanos por quilo de pó, CIF, geraria um faturado bruto de 1.650.000 dólares por ano. Valor que dobraria com a comercialização conjunta de produções derivadas ou integradas (xarope de casquilho de guaraná, mel de abelha nativa jandaira a florada prevalecente de guaraná, artesanato ligado à produção e ao consumo ritual de guaraná, etc.).

Todas as fases de beneficiamento e transformação industrializadas são confiadas à terceiros, praticamente à preço de custo, sendo estrategicamente incalculável para uma empresa local orientada à exportação a vantagem de se apresentar no mercado internacional patrocinando de alguma forma um projeto autônomo indígena de salvaguarda do ecossistema de eleição do guaraná, ecossistema do qual toma parte também o povo que domesticou o cipó transformando-o em planta, inventou as melhores técnicas de beneficiamento,

conhece desde séculos a maneira correta de se relacionar com ela para obter os melhores benefícios terapêuticos e espirituais.

2) contar unicamente com este autofinanciamento crescente para construir uma forma inédita e efetiva de autogestão do território da área indígena (o seja: quase 800.000 hectares onde vivem 7000 pessoas distribuídas em 70 aldeias); o que significa tomar em conta (através de uma transparente composição do preço dos produtos e relativa alocação da renda):

a) o crescimento até padrões dignos do poder de compra das famílias de produtores (quase todas as famílias extensas que vivem na área), as quais, cada uma autonomamente, vendem o guaraná bruto ao Conselho Tribal, que garante uma distribuição equitativa e transparente das compras à um preço mínimo decidido coletivamente, além da compra coletiva à preços vantajosos no mercado regional de todo o que precise e não seja autoproduzido na área.

b) o autofinanciamento de “projetos coletivos”, decididos ou ratificados pela assembleia anual, inerentes à manutenção/adequação dos padrões de excelência qualitativa da produção. Por exemplo:

- a garantia de qualidade e a organização do fluxo de comercialização do guaraná: através da construção de dois fumeiros do CGTSM onde estocar, baixo a vigilância de um padeiro selecionado, a produção afetada à comercialização);

- a eliminação dos bolsões de exploração comercial por parte dos atravessadores (mediante a organização de uma comercialização paralela e equitativa, diretamente sob o controle do CGTSM, de produtos exógenos, privilegiando produtos da comunidade Sateré urbana –como as roupas produzidas em Manaus pelas costureiras Sateré-Mawé -, ou, em perspectiva, de outras comunidades indígenas – como o planejado sabão de babaçu dos Muras);

- o incentivo à auto-responsabilização, a nível familiar ou de aldeia, em função das necessidades gerais da tribo, encorajando economicamente (sobretudo através da determinação de um preço do guaraná mais alto por cada aldeia ou produtor que assuma comportamentos e iniciativas conformes):

--- a produção e a utilização dos utensílios artesanais próprios (ex.: manufatos e instrumentos de barro, panelas para cozinha, potes para água e fornos para torração de guaraná e mandioca), qualitativamente melhores (prova o preço de produtos similares, que nos mercados urbanos de todo o mundo é geralmente bem mais alto do dos produtos industrializados)

---- a plantação de mudas alimentícias nativas;

---- a colaboração com o sistema de drenagem do lixo especial e não biodegradável (pilhas e sacos plásticos) organizado pela AMISM (associação das mulheres indígenas Sateré-Mawé por conta do CGTSM);

---- a conservação e a recuperação ambiental (premiando, por exemplo, as aldeias que renunciam à pesca com timbó)

---- a formação técnica em função de implantações de produção de mel nativo nos guaranazais (funcionais não somente à uma futura comercialização do mel, mas também ao incremento da produção de guaraná pela polinização, e, sobretudo, à criação das condições para um melhoramento da saúde básica na área: considerando à importância dos produtos derivados das jandaíras – mel, pólen, própolis, geleia real, e até cera – no suprimento das carências alimentícias e na prevenção e cura das doenças respiratórias (extremadamente incidentes na área); ou em função da exploração sustentável de copaíba (que pode ser encarada da mesma maneira).

- c) os gastos de transformação em pó, transporte e comercialização.
- d) o fortalecimento organizacional do conselho tribal (gastos correntes, mas também investimento em infra-estruturas de gestão, comunicação e transporte, assessoria jurídica e administrativa.
- e) a “pesquisa e desenvolvimento”, o seja a consultoria e o monitoragem para garantir um impacto das dinâmicas desencadeadas pelo projeto que seja efetivamente sustentável e eticamente positivo a todos os níveis: econômico, ecológico, social, cultural etc.; e a tutela e a divulgação da imagem do projeto e da tribo nos mercados de destino dos produtos.

Tudo isso, corresponde, numa frase, à realização de um “Sateré-mawé éco ga'apypiat waraná mimotypoot sése” (o que poderíamos traduzir mais ou menos como: “santuário ecológico e cultural do guaraná dos Sateré-Mawé”).

Representa a visão de um futuro em que seja salvaguardado intacto o coração da área de difusão do guaraná nativo, em volta do qual foi se retirando à sociedade Sateré-Mawé, o seja o jardim sagrado de Noçoquem e, através de um desenvolvimento local autonomamente determinado e gerenciado, sejam salvaguardadas também a sobrevivência e a vida da cultura autóctone: fundamentada na tradição mas ao mesmo tempo, como fala o novo estatuto do CGTSM “aberta a soluções novas para enfrentar problemas novos” (desde as tecnologias doces e telemáticas até a colheita diferenciada do lixo, para fazer alguns exemplos banais) .

Nas palavras da mãe do garoto, as autoridades tradicionais da Área leem e contam a todos os Sateré, num eterno presente, o ir pelo mundo, nutrindo e sanando todos os homens que querem compra-los, com o nome e, ao mais cedo, um selo de origem e uma marca registrada deles, do verdadeiro Guaraná deles. Na criação do “Sateré-mawé éco ga'apypiat waraná mimotypoot sése” eles veem os cuidados da mãe do garoto ao corpo do filho, morto e ressuscitado no jardim encantado. E naquele “não ficarás um coitadinho” conferem o respeito político e moral que o Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé sobe se conquistar nesses últimos anos, ao nível local assim como ao nível internacional, através do Projeto Guaraná.

Mas ainda fica para nós intenderem em que consistiria mesmo aquele desmedidamente ambicioso: “tu feras o bem de todos os homens”.

Não poderia só se tratar dos efeitos saudáveis do guaraná ingerido, pois estes são nomeados em outro item (“tu livrarás os homens de umas moléstias e curarás de outras”); também porque Moikut, o Waraná, não é, anão ser que secundariamente, um medicamento. Ao contrario, ele é um Tuxaua, uma autoridade não coercitiva, um guia pela ação, um inspirador de belas palavras que fazem sentido, um mestre da política, entendida na sua significação alta e nobre, como arte de harmonizar os muitos interesses e pontos de vista em volta do bem comum.

Nem poderia tratar-se da conservação de um ecossistema local, mesmo que especificamente importantíssimo, mas pequeno demais para decidir sozinho dos equilíbrios da biosfera: o mundo ainda possui um degrau tão alto de complexidade biológica que – a ciência nos impõe de acredita-lo – poderia sobreviver até à destruição da única Terra sem Mal (o único “Jardim do Éden” no

português falado pelos Índios) encontrada durante as mil desesperadas romarias dos Tupi-Guarani de todo o continente; e confiada à custódia dos Sateré-Mawé (na base da história antiga na versão que os Sateré lembram) pelo mesmo Imperador Dom Pedro!

Responder em forma positiva a esta interrogação (o seja: qual é, pelo que pertence à responsabilidade dos Sateré, o bem de todos e de cada um?) Implica ao contrário a tarefa de fazer referência (o mas brevemente possível) as dinâmicas sistêmicas que o projeto move.

Para ganhar tempo, não voltamos a falar dos benefícios pelos Sateré-Mawé (como pessoas, como sociedade e como comunidade), os quais podem ser facilmente deduzidos desse esboço de descrição do projeto e da sua atuação que viemos de fazer.

Para começar, temos que pensar no “bem” da sociedade local envolvente; com a qual, no novo contexto determinado pelo projeto, se cria, pela primeira vez, um tecido de intercâmbios sociais, econômicos e políticos a par dignidade. Pois, além do feito, óbvio, que o de tomar conta da salvaguarda do banco genético mundial do guaraná constitui um serviço indistintamente para todos os produtores das 600 toneladas de guaraná que cada ano são comercializadas no Brasil, da existência desta experiência pode trazer benefício especificamente, como mínimo ao nível de imagem, não só a promoção nos mercados internacionais do guaraná como tal, mas, sobretudo, a do guaraná regional de Maués.

A articulação não subalterna com a empreitória local (por exemplo a formação de consórcios pela fabricação de subprodutos do guaraná ou de outros produtos) é um caminho que está se revelando muito promissor.

Depois, podemos pensar no “bem” de todas as populações indígenas da Amazônia, considerado que a experimentação pioneira de um modelo de desenvolvimento econômico inovador, fundamentado no resgate da cultura e dos conhecimentos tradicionais e na salvaguarda / valorização do patrimônio de biodiversidade, mostra por si mesmo que não se trata de de um caminho utópico: os produtos nativos de tipo alimentar / saudável que poderiam gerar uma renda virtualmente adequada a satisfazer todas as necessidades dos povos indígenas da Amazônia são muitas dezenas (se limitando ao que é de uso tradicional).

Mas sobretudo, se torna possível responder concentrando a atenção no “bem” da sociedade regional amazônica como um todo.

A grande contribuição que o Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (o qual, nas palavras do Tuxaua ancião de Vila Nova, honrado como máxima autoridade moral da tribo, é hoje – diríamos nós aqui: “mo terceiro milênio” – a encarnação do Porantim – o seja do “remo mágico em que está gravada a história mítica, ao qual os Sateré fazem referência também como à “nossa bíblia”) está dando nesse sentido consiste em determinar, através da prática, um paradigma totalmente novo pelo que diz à maneira de se articular com o mercado internacional.

Precisa saber que desde pelo menos dez anos cresce de maneira constante mais ou menos em todos os mercados “ricos” (aonde de qualquer maneira não corre o risco de penalizar outros consumos considerados mais essenciais), uma demanda de amplíssimo leque de produtos alimentícios e saudáveis caracterizada pela procura de duas atribuições fundamentais:

1) a “alta qualidade”, entendida como: naturalidade (sempre menos facilmente se vendem princípios ativos, e sempre mais facilmente produtos integrais, para um consumidor que sempre menos procura efeitos alógenos e sempre mais

procura equilíbrios holísticos), origem controlada (a particularidade em si –do território, do beneficiamento, da variedade específica utilizada – constitui diferença inteligível e sensível, e por isso mesmo valor agregado), organicidade (não uso de pesticidas e de adubos químicos; nesse sentido, a utilização de produtos nativos, selecionados só pelo ecossistema ou pela prática lenta de comunidades tradicionais, não clonados etc., constitui outro acréscimo de valor), valor simbólico tradicional (na hora que a experimentação científica se esforça de separar a objetividade do efeito alógeno do princípio ativo da subjetividade do efeito placebo, o consumidor ao contrário procura a sinergia entre o efeito diretamente material e os instrumentos culturais e imaginativos que lhe permitem de se reapoderar psicologicamente do processo de geração dos efeitos saudáveis).

2) A eticidade, entendida, no geral, como internalização dos custos sociais de longo prazo, que vão legitimamente a se contabilizar no preço final sem comportar, por conseguinte, uma flexão da demanda.

Concretamente, os custos complementares afetados (eficientemente) à tomada em cargo dos efeitos sobre o meio ambiente (não somente o evitamento e a compensação do impacto negativo, mas também e sobretudo a determinação de recaídas positivas), à eliminação de condições de exploração do trabalho, ao fortalecimento da autonomia dos produtores (em termos de autodeterminação das escolhas e de cidadania), à recuperação e ao resgate de um patrimônio cultural.... têm muitas mais chances de abrir do que de fechar as perspectivas de comercialização.

Por tudo isso, por exemplo, o guaraná dos Sateré-Mawé pode se apresentar em mercados europeus com o preço único de de 41,4 USD/kg em pó CIF, tirando compradores ao guaraná bahiano concorrente 10 10,0 USD/ kg em pó, CIF.

Obviamente, tudo isso implica um nível de transparência de mercado que ainda está muito longe de constituir a regra geral. Se assim fosse, é evidente que todo o debate sobre as ameaças da biopirataria viraria secundário (impossível patentear o que é de domínio público) e aquele sobre a oportunidade – no extremo oposto - de experimentar produtos alimentícios transgênicos (principal objetivo das patentes sobre a vida) sairia da agenda. Pois o consumidor dos mercados fortes (deu para ver este ano, não com uma pesquisa de opinião, mas com a experimentação em grandeza real no conjunto do mercado europeu) rejeita totalmente os produtos transgênicos, não somente pelos eventuais riscos sanitários, ecológicos e sociais, mas, mais profundamente, por uma sensibilidade fundamentada em fatores psicológicos / filosóficos / religiosos, da qual derivam opções bem mais dificilmente modificáveis.

Pois bem. Nestes anos, o CGTSM soube construir, somente com as próprias forças, sua própria credibilidade como interlocutor antes de todo frente àqueles importadores e redes de lojas organizadas que na Europa (antes de tudo a European Faire Trade Association) constituem, como a ponta de um iceberg, uma forma de parcial auto organização deste segmento de mercado, auto-organizado na base da transparência pelo que diz respeito ao sistema que rege os relacionamentos entre todos os parceiros, desde o produtor primário até o consumidor final.

Tem se tecido assim um contexto de escolha de cada ação de desenvolvimento cotidiana, no qual o conflito objetivo entre sistema econômico, ecossistema e necessidades sociais para de existir para se transformar pelo contrário em sinergia. Abrindo-se dessa maneira um caminho que outros poderão percorrer

mais rapidamente: mas trata-se de fazer uma escolha de desenvolvimento firme nesse sentido, que veja a participação iluminada das instituições locais e nacionais.

Pois se o mercado, tendo como referência firme os consumidores finais, pede isso, o povo amazonense de nada é mais rico.